

Lembrar de Bizâncio

2005. Ano 2 . Edição 11 - 1/6/2005

"A tendência é que venha a ser adotado um índice de sustentabilidade ambiental que possa ser confrontado com o Índice de Desenvolvimento Humano, com o objetivo de identificar as diversas situações possíveis de combinação entre graus de desenvolvimento e graus de sustentabilidade"

José Eli da Veiga

Quem está hoje com 25 anos nem acredita que o uso do adjetivo sustentável tenha idade bem próxima à sua. Muitos desses jovens foram familiarizados com a noção de sustentabilidade desde a escola secundária. Não podem nem sequer imaginar que antes dos anos 80 essa idéia fosse restrita a um punhado de pesquisadores especializados em biologia populacional. Particularmente os que procuravam estimar os níveis em que uma atividade extrativa - como a pesqueira ou a madeireira - ultrapassava os limites de reprodução do cardume, da mata, ou do respectivo ecossistema.

Por mais complicado que possa ser esse tipo de cálculo, e por mais grosseiros que possam ser os resultados, ocorre o inverso com sua base epistemológica. Quando se pensa na extração de qualquer recurso natural renovável, a idéia de sustentabilidade pode ser até espontânea ou intuitiva. Mas nada parecido ocorreu desde que foi exportada para desqualificar os processos contemporâneos de evolução socioeconômica. Isto é, desde 1979, quando a expressão "desenvolvimento sustentável" começou a ser usada em influentes simpósios internacionais. E principalmente desde 1987, quando foi apresentada à Assembléia Geral das Nações Unidas como "conceito político" mais adequado para expressar o desafio do século 21. Uma pesadíssima pá de cal sobre o vocábulo "ecodesenvolvimento", que tanto havia irritado os meios políticos dirigentes dos EUA.

Todavia, mesmo que o desfecho dessa estranha disputa diplomática tivesse sido inverso, o problema de fundo permaneceria exatamente o mesmo. Não é difícil contestar que os atuais padrões de crescimento econômico sejam capazes de engendrar um desenvolvimento que possa contemplar toda a população mundial, e que ainda por cima seja garantido às gerações futuras. No entanto, ninguém é capaz de dar uma boa resposta positiva. Isto é, evidenciar o que é desenvolvimento sustentável, em vez de apontar a insustentabilidade dos atuais estilos de crescimento. Claro, não falta quem pretenda o contrário, mas se percebe em xeque-mate, ou vem com saídas das mais pueris, tão logo é pressionado a dar um exemplo concreto de desenvolvimento sustentável. O que não chega a ser grave, pois o mesmo acontece com grande parte dos mais elevados valores já enunciados pela humanidade. Ou será que alguém poderia dar algum exemplo concreto de "justiça social"?

Em tais circunstâncias, o mais razoável é estabelecer comparações entre os processos de desenvolvimento com o intuito de emular os que se mostrem menos insustentáveis e repudiar os demais. Não mediante algum índice sintético de desenvolvimento sustentável, idéia que tende a ser afastada por todos os que examinam seriamente as dificuldades envolvidas. A tendência é que venha a ser adotado algum índice bem mais

específico - de sustentabilidade ambiental - que possa ser confrontado com o Índice de Desenvolvimento Humano (ou semelhantes) com o objetivo de identificar as diversas situações possíveis de combinação entre graus de desenvolvimento e graus de sustentabilidade.

Com certeza muita água ainda vai rolar antes que apareça um índice de sustentabilidade que possa produzir consenso internacional parecido ao conquistado pelo IDH para o desenvolvimento. A enxurrada de críticas já feitas às primeiras tentativas mostra que não está próximo o dia em que surgirá algum que possa obter legitimidade comparável. Construir índice é tarefa bem mais cômoda do que conseguir emplacá-lo.

Mesmo assim, o apanhado feito para o livro Desenvolvimento Sustentável - O Desafio do Século XXI (RJ: Garamond, 2005) sugere que os cinco países de desenvolvimento mais insustentável sejam, respectivamente, Coréia do Sul, Bélgica, Inglaterra, Polônia e Itália, enquanto o extremo oposto é ocupado por Finlândia, Noruega, Suécia, Canadá e Suíça. Por isso, para que não seja bizantina, qualquer formulação responsável e prudente de uma estratégia de desenvolvimento precisa se basear em séria comparação entre esses dois pequenos grupos de nações.

José Eli da Veiga é professor titular do Departamento de Economia da FEA-USP

Copyright © 2007 - DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO

É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação sem autorização.
Revista Desafios do Desenvolvimento - SBS, Quadra 01, Edifício BNDES, sala 1515 - Brasília - DF - Fone: (61)
2026-5334